

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM HABITAÇÕES INDÍGENAS A PARTIR DE AMARTYA SEN

ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES IN INDIGENOUS HOUSES FROM AMARTYA SEN

Sandrini Birk Belo¹; Pricila Spagnollo²; Henrique Kujawa³; Caliane Almeida⁴; Alcindo Neckel⁵.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo e membro do Grupo de Pesquisa THAC-IMED. IMED. E-mail: sandrinibelo@hotmail.com.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo e membro do Grupo de Pesquisa THAC-IMED. IMED. E-mail: pricipa@hotmail.com.

3 Orientador. Docente do mestrado de Arquitetura e Urbanismo e membro do Grupo de Pesquisa THAC-IMED. IMED. E-mail: henrique.kuwaja@imed.edu.br.

4 Orientadora. Docente e Coordenadora do mestrado em Arquitetura e Urbanismo e membro do Grupo de Pesquisa THAC-IMED. IMED. E-mail: caliane.silva@imed.edu.br.

5 Orientador. Docente do mestrado em Arquitetura e Urbanismo e membro do Grupo de Pesquisa THAC-IMED. IMED. alcindo.neckel@imed.edu.br

RESUMO

O Programa Minha Casa Minha Vida – Rural (PMCMV-R) é uma iniciativa do governo que visa diminuir o *déficit* habitacional em áreas de âmbito rural, garantindo condições mínimas de habitabilidade por meio de recursos voltados à construção civil. Além de agricultores, pescadores, aquicultores, entre outros, a comunidade indígena também é beneficiária do Programa MCMV-R. O desenvolvimento, na concepção de Amartya Sen, está relacionado com a ampliação das capacidades (*capabilities*). Neste contexto, o acesso à moradia, por meio de políticas públicas, deve ser considerado instrumento de desenvolvimento. O objetivo deste estudo consiste em analisar e discutir as políticas públicas habitacionais, com centralidade no Programa MCMV-R e ênfase em Terras Indígenas (TIs) do norte do Rio Grande do Sul. A metodologia do artigo consiste em revisão bibliográfica, visitas in loco, registros fotográficos e notas de conversas com Caciques das oito TIs visitadas e utilizadas como objeto de estudo. Através da pesquisa, verificou-se que embora essas residências não sejam culturalmente ideais, elas permitiram expansão das capacidades (*capabilities*), liberdade e condição de agente ativo, ampliando o poder de escolha da comunidade indígena, especialmente em permanecer na própria TI de origem.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Amartya Sen; Capacitações (*Capabilities*); Terras Indígenas.

ABSTRACT

The Program “Minha Casa Minha Vida – Rural” (PMCMV-R) is a government initiative that aims to reduce the housing deficit in rural areas, minimum living conditions through resources aimed at civil construction. In addition to farmers, fishermen, aquaculture farmers, among others, an indigenous community is also a beneficiary of the MCMV-R Program. Development, according to Amartya Sen, is related to an expansion of capacities. In this context, access to housing, through public policies, should be considered an instrument of development. The objective of the study is to analyze and discuss how public housing policies, with centrality in the MCMV-R Program and emphasis on Indigenous Lands (TIs) in the north of Rio Grande do Sul. The methodology of the article consists of bibliographic review, on-site visits, photographic records and notes of conversations with Caciques of the eight TIs visited and used as the object of study. Through research, it was found that these residences are not ideal, they allow the expansion of capacities, freedom and condition of active agent, expansion or power of choice of the indigenous community, especially in the IT of origin.

Keywords: Public Policies; Amartya Sen; Capabilities; Indigenous Lands.

1 INTRODUÇÃO

A primeira política pública habitacional voltada, especificamente, às moradias no âmbito rural foi o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), criado no ano de 2003, com o objetivo de reduzir o *déficit* habitacional nas áreas rurais e proporcionar melhores condições de vida para os moradores destas localidades. Este programa passou por consideráveis atualizações ao longo dos anos, na busca por facilitar o acesso à financiamentos e concessões, reivindicadas pelas famílias com menor poder aquisitivo, o que fez com que no ano de 2009, o PNHR se tornasse integrante do PMCMV, passando a ser conhecido como Programa Minha Casa Minha Vida – Rural (PMCMV-R) (ROVER, MUNARINI, 2010).

O principal objetivo desta iniciativa do poder público é garantir condições mínimas de habitabilidade por meio de recursos que auxiliem no processo de construção, ampliação ou reforma, favorecendo a permanência de agricultores e trabalhadores rurais no campo. O atendimento à essas comunidades parte de Entidades Organizadoras (EO), que atuam sem fins lucrativos e são responsáveis por obter parceria com alguma Instituição Financeira, entre elas se destacam a Caixa Econômica Federal e o Branco do Brasil. Além disso, Cooperativas, associações, sindicatos ou poder público, são exemplos de EO (CEF, 2009).

Neste contexto, a instituição de uma política pública habitacional que possa beneficiar comunidades indígenas, contribui para a melhoria nas condições de habitabilidade desta população. O desenvolvimento, na concepção de Amartya Sen, está diretamente relacionado à ampliação das *capacitações* (*capabilities*) e da liberdade dos indivíduos. Levando em consideração esta perspectiva teórica, o acesso à moradia por meio do PMCMV-R deve ser entendido como instrumento para o desenvolvimento humano.

Diante disto, o presente artigo tem como objetivo analisar e discutir as políticas públicas habitacionais, com centralidade no Programa Minha Casa Minha Vida – Rural (PMCMV-R), com ênfase em Terras Indígenas (TI) do norte do Rio Grande do Sul, compreendendo as TIs de Nonoai, Serrinha, Votouro, Ventarra, Ligeiro, Cacique

Doble, Carreiro e Monte Caseros a partir da abordagem da concepção de capacitações (*capabilities*) de Amartya Sen.

A estrutura deste trabalho envolve um breve resgate sobre políticas públicas habitacionais, destacando àquelas voltadas para o meio rural. Posteriormente, aborda-se a concepção de Amartya Sen, com foco no conceito de capacitações (*capabilities*). Na sequência, foi realizada uma abordagem a partir do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMV-R), com relação às capacitações (*capabilities*), buscando entender em que medida a implementação de políticas públicas consideraram as especificidades físicas, sociais e culturais para o desenvolvimento humano em comunidades indígenas. Por fim, são evidenciados os resultados e impressões panorâmicas associados ao tema, destacando a relação do pensamento de Sen com potencialidades e vulnerabilidades do PMCMV – Rural quando associada à cultura indígena, uma vez que se encontram em grave exclusão social, principalmente se tratando de condições de moradia.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, considerando a natureza do objeto de estudo, foi aplicada uma análise exploratória por meio de revisão bibliográfica sobre políticas públicas nacionais em habitações indígenas, especificamente a respeito do PMCMV – Rural, levando em consideração a abordagem de Amartya Sen, com ênfase no conceito de capacitações (*capabilities*). Após isso, para maior entendimento do habitat das comunidades indígenas, realizou-se visitas *in loco*, registros fotográficos e anotações a partir de conversas com os Caciques e lideranças de cada TI.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS RURAIS NO BRASIL

As políticas públicas são criadas para alcançar, de forma direta, determinados objetivos e metas, partindo do interesse público em reação às necessidades coletivas. Sua aplicação e efetivação podem ocorrer por meio de programas e planos que propõe projetos com ações práticas, focais e objetivas em busca dos resultados desejados (SILVA, 2014).

Desta forma, pode-se dizer que as políticas públicas são formas que o Governo produz para entrar em ação, buscando solucionar problemas, realizar mudanças, melhorar a condição de vida da população, gerando impactos diretos nas diferentes realidades que compõem o país/estado/município (SOUZA, 2006). Tais políticas podem ser referentes à educação, cultura, saúde, lazer, meio ambiente, entre inúmeras outras naturezas, destacando-se no presente estudo a abordagem de políticas relacionadas à habitação rural.

No Brasil, como forma de reagir à crise no cenário habitacional, foram criados programas voltados à moradia, que em primeiro plano foram destinados à população urbana – a partir de determinada renda que viabilizasse o financiamento. Os moradores de áreas rurais como agricultores, ribeirinhos, indígenas, entre outros, que não apresentavam renda fixa, não poderiam acessar os benefícios de tais programas, o que evidenciava o caráter exclusivo e limitado destas políticas (ALMEIDA, 2012).

A partir dos anos 2000 foi criado o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) que, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), bem como dos estados e municípios, destinava-se a suprir a demanda da população por meio de financiamentos habitacionais. Posteriormente, tal programa serviu de modelo para implantação do PSH-Rural em 2002, que em suas premissas,

permitirá a participação dos contemplados na definição do projeto arquitetônico (KUJAWA, ALMEIDA, 2019).

No campo da habitação rural, os investimentos em políticas públicas eram escassos, sendo que até 2003¹ a efetivação e alcance dos programas aconteciam em menor escala. Neste sentido, destaca-se no presente estudo a criação do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMV-R) que, pela Lei 11.977 de julho de 2009, passou a beneficiar a população rural. Esta, por sua vez, é representada pelos trabalhadores rurais, quilombolas, povos indígenas, agricultores, além de outras comunidades que vivem no campo e ali praticam atividades para o sustento, representada por pescadores, aquicultores, extrativistas, entre outros, o que tornou mais acessível a conquista da casa própria (KUJAWA, NOGUEIRA; 2019).

A estrutura do programa atende três grupos, com diferentes rendas anuais familiares. A renda inicial acerca de cada Grupo foi assim definida: O Grupo 1 compreendia beneficiários com renda bruta até R\$15.000 reais ao ano (BRASIL, 2009), já o Grupo 2 contava com famílias que possuam renda bruta anual entre R\$10.000 e R\$30.000 reais, enquanto o Grupo 3 permitia pessoas com renda bruta anual de R\$30.000 a R\$60.000 reais (BRASIL, 2011). Cada divisão é composta por subsídios e parcelas equivalentes a cada situação, norteando e selecionando os beneficiários com base nestes critérios (KUJAWA, NOGUEIRA; 2019).

Como objetivo principal, o PMPV-Rural visa promover reformas ou construção de unidades habitacionais para aos habitantes do meio rural como forma de incentivar a permanência no campo e facilitar o acesso à moradia digna. Os recursos utilizados pelo programa têm origem no Fundo Geral da União (OGU) e do FGTS. Desta forma, sua função social ultrapassa a questão relacionada à moradia, viabilizando condições favoráveis para melhorar a vida como um todo. Para concretizar o processo, a mediação acontece com auxílio das Entidades Organizadoras (EO) que atuam sem fins lucrativos e organizam as pessoas que buscam acessar o programa, sendo exemplo as cooperativas, os sindicatos e as associações (SILVA, 2014).

4 O PENSAMENTO DE AMARTYA SEN

Amartya Kumar Sen, nasceu no ano de 1933, em Santiniketan, na Índia. Formado em Economia na década de 1950, foi pesquisador e professor, atuando em instituições na Índia, Europa e Estados Unidos. Além disso, foi um dos fundadores do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento (Universidade da ONU) e juntamente com Mahlub ul Haq, desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Humano² (IDH).

Considerado uma referência na teoria social e desenvolvimento, uma vez que demonstrou preocupação com assuntos voltados à pobreza, fome, justiça, desigualdade social, ética e desenvolvimento, recebendo o Prêmio Nobel de Economia em 1998. A originalidade de seu pensamento, enfatiza questões voltadas ao desenvolvimento baseado em componentes sociais e políticos, valor absoluto de democracia, expansão da liberdade, oportunidades, garantia de transparência e segurança (ABREU, 2012; ZAMBAM, 2018).

¹ Implantação do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR tendo como objetivo reduzir o *déficit* habitacional no meio rural do Brasil, responsável pela produção significativa de unidades (KUJAWA, NOGUEIRA; 2019).

² Índice de Desenvolvimento Humano significa uma medida mais ampla do padrão de vida. Combina dados sobre o PIB real por pessoa com dados de expectativa de vida ao nascer, alfabetização de adultos e matrícula escolar (HUBBARD; O'BRIEN, 2009).

O século XX consolidou a compreensão de desenvolvimento associado a um crescimento econômico de renda, onde índices como o Produto Interno Bruto- PIB e renda per capita passaram a ser utilizados como métrica para analisar o desenvolvimento de um país. A perspectiva teórica de Amartya Sen contrapõe-se a esta lógica de análise, embora entenda que as condições econômicas são fundamentais, parte do princípio que a vida e a realização humana não se restringem a satisfação bens materiais e, mesmo estes, não possuem sentidos universalizados. As características culturais, as tradições, a religião, a moral de uma pessoa ou de um grupo social contribuem para que as significações, até mesmo dos bens materiais, podem ser diferentes. Pensar o desenvolvimento exclusivamente a partir de indicadores econômico ou do bem-estar material contribuem para a separação da economia e da ética, desvirtuando a compreensão de desenvolvimento, associando a realização humana aos bens materiais (SEN, 1999).

Sen entende que a ampliação do desenvolvimento está associada as capacitações (*capabilities*) para que os indivíduos, livremente, possam tomar decisões e fazer opções a partir do que representa e é mais significativa para a sua vida. Neste sentido, diferentes fatores, podem interferir na condição de desenvolvimento, tais como: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p.16). Em contrapartida, a criação de oportunidades sociais, serviços de saúde, educação e seguridade podem atuar na expansão das capacidades humanas e influenciar na qualidade de vida (SEN, 2000).

O conceito de capacitações (*capabilities*) está vinculado a capacidade (*capacity*) e habilidade (*ability*) das pessoas tomarem decisões, livremente, que façam maior sentido para as suas vidas. Segundo Sen (2000), o desenvolvimento ou o ofuscamento de potencialidades e talentos está relacionado com as condições pessoais, culturais, sociais e políticas em que o indivíduo está inserido.

A capacidade (*capability*) de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade de ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema. Mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda) (SEN, 2000, p. 95).

Neste mesmo contexto se encontram as políticas públicas, que segundo Sen (2000) possuem papel fundamental na expansão do desenvolvimento. Zambam e Kujawa (2016), apontam que o papel do Estado e os princípios da política pública estão baseados na necessidade do desenvolvimento das capacitações (*capabilities*), promovendo ações que combatam a desigualdade social, aumentem a independência econômica (especialmente por meio de emprego), proporcionem educação básica e escolaridade e implementem outras propostas capazes de tornar o cidadão participante ativo na sociedade (SEN, 2000). Destaca Sen (2000, p. 77): “O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda” (SEN, 2000).

Sendo assim, o direito à moradia digna é uma necessidade básica e elemento central para a expansão da liberdade de escolha, uma vez que a política deve ser entendida como um instrumento para o alcance do desenvolvimento humano, capaz

de ampliar o poder de liberdade (SEN, 2000). Na percepção de Sen, as liberdades instrumentais representam o modo “como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos (*entitlements*) contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 54). Se tratando de comunidades indígenas, é essencial que as ações governamentais ofereçam instrumentos que combatam injustiças e conquistem direitos primordiais, de forma que todos os grupos sociais, considerando faixas etárias, diversidade de gênero e etnias, possam receber condições dignas de habitabilidade.

5 POLÍCIAS PÚBLICAS E A CAPACITAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

A existência de moradia digna é reconhecida como instrumento de desenvolvimento, representando mais que a posse de um bem, uma vez que amplia as capacidades (*capabilities*) e promove o bem-estar social. O acesso à habitação proporciona melhores condições de vida, servindo como incentivo e confiança para alcançar novas conquistas e aumentar sua liberdade. O conforto, segurança e inúmeras possibilidades asseguradas pela moradia básica permite que o indivíduo realize suas escolhas com maior liberdade e facilidade de acesso a outros recursos.

Segundo Kujawa e Zambam (2018), o fato de conquistar a moradia interfere diretamente em diversos aspectos, como a organização da mesma de forma personalizada, seja pela simples escolha de pintura ou até ampliações. Tais liberdades, mesmo em pequena escala, são defendidas por Sen (2000, p. 335): “Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos”.

As políticas públicas de habitação são responsáveis por promover a independência dos indivíduos, sendo que o Estado fornece recursos para melhorar as condições de vida sociais. Segundo Kujawa e Zambam (2018):

A missão de garantir os direitos para todos, como por exemplo a moradia digna, segundo Sen, precisa considerar as especificidades, como as diferentes condições físico-naturais e diversidades sociais (...) de que forma o Estado no seu papel de protagonista, contribuiu por meio das políticas públicas de moradia, especificamente no contexto rural, no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária (KUJAWA, ZAMBAM; 2018).

Se tratando da realidade indígena, a política de habitação MCMV-Rural atende grande parte desta categoria, possibilitando a concessão de um total de 1.712 unidades habitacionais indígenas (UHI) no Rio Grande do Sul, cuja população indígena chega a 34.001 habitantes, sendo que 18.266 ainda permaneciam em TIs (IBGE, 2010). Para este estudo, utilizou-se oito TIs³ visitadas, localizadas no Norte do estado, como mostra a Figura 1. (KUJAWA, ALMEIDA; 2019).

³ As TIs estudadas são: TI Nonoai (1911), TI Serrinha (1911), TI Votouro (1918), TI Ventarra (1911), TI Ligeiro (1911), TI Cacique Doble (1910), TI Carreteiro (1911) e TI Monte Caseros (1911).

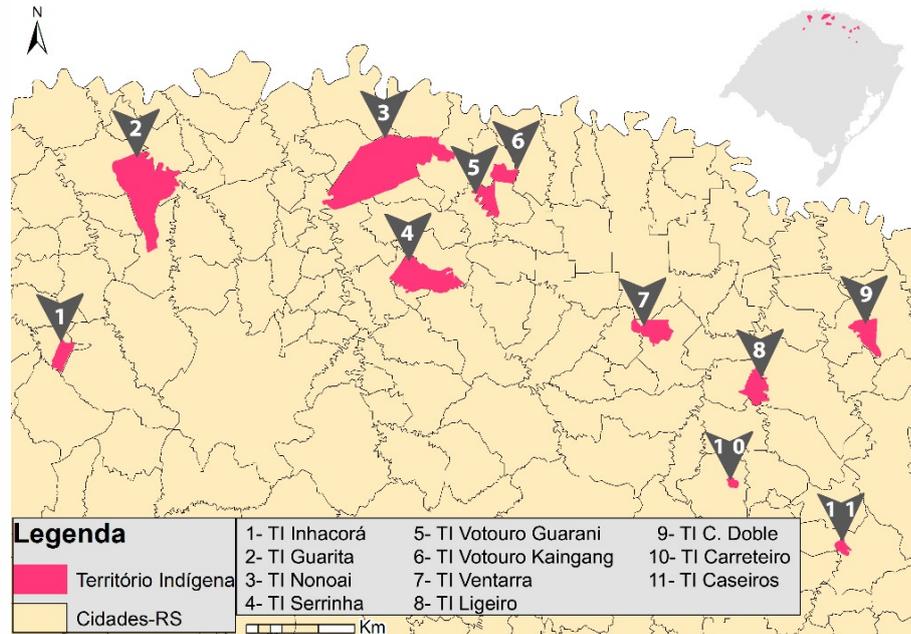


Figura 1: Localização das TIs em estudo.
Fonte: Kujawa; Nogueira (2019), adaptado pelos Autores.

A população das TIs em estudo pertence, quase em sua totalidade, à tribo Kaingang e de forma inferior, à tribo Guarani (KUJAWA, ALMEIDA; 2019). Conforme mostra a Tabela 1, é possível visualizar quais municípios fazem parte de cada TI, bem como a população e a área destas Terras Indígenas.

Terra Indígena	Municípios	População	Área por Hectare
Nonoai	Nonoai, Planalto e Rio dos Índios	20.638	14.910
Serrinha	Ronda Alta, Três Palmeiras, Engenho Velho e Constantina	1.760	11.950
Votouro	Benjamin Constant e Faxinalzinho	1.055	3.041
Ventarra	Erebango	269	772
Ligeiro	Charrua	1524	5.000
Cacique Doble	Cacique Doble	929	4.426
Carreteiro	Água Santa	239	602
Monte Caseros	Ibiraiaras e Muliterno	586	1.112

Tabela 1: Municípios, População e Área das TIs estudadas.
Fonte: IBGE, adaptado pelos Autores, 2020.

Considerado importante redutor do *déficit* habitacional nestas áreas, o Programa MCMV-R melhorou a vida de famílias e proporcionou novas possibilidades aos moradores indígenas. Segundo o Cacique da TI Monte Caseros, os projetos beneficiaram bastante a comunidade, pois quando os indígenas retomaram a área, haviam poucos colonos, bem como, poucas casas. O Cacique argumenta: “virou praticamente um acampamento e precisávamos cada vez mais de teto”. Através do

banco de dados da pesquisa, constatou-se que o total de casas construídas pelo Programa nas TIs em estudo foram de 863 residências.

Todavia, mesmo com a satisfação pela casa própria, o depoimento de caciques⁴ de TIs do norte do estado, aqui tratadas como objetos de estudo, revela a falta de sensibilidade e envolvimento com a cultura ao implantar modelos padronizados de conjuntos habitacionais (Figura 2), distantes da forma de agrupamentos e organização em aldeias de seu costume, fazendo apelo para que estes aspectos possam ser melhorados em concessões futuras.



Figura 2: Conjuntos habitacionais PMCMV-R em Terras Indígenas.
Fonte: Arquivo pessoal dos Autores.

Segundo o Cacique da TI Cacique Doble, as casas recebidas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – Rural mudaram a vida de muitas famílias, porém, há algumas questões histórico-culturais que não foram levadas em consideração para a execução do projeto, como por exemplo, o formato e o local de implantação das casas. Para ele, o índio é quem escolhia seu lugar, perto de um rio ou uma mata. Entretanto, a empresa responsável pela obra, trouxe o projeto com lugares já definidos, procurando facilitar e economizar na construção.

Quanto à compreensão do Cacique da TI Ventarra, a população não teve oportunidade de dizer como e onde gostaria que as casas fossem construídas. “Quando as moradias foram construídas, nos disseram que deveriam ser feitas enfileiradas, como no projeto, para facilitar na instalação elétrica e hidro sanitária. Mas para a tradição indígena, esse fator atrapalha, porque gostamos de ter nossas hortas, criar porcos ou galinhas no terreno e do jeito que foram feitas, ficaram muito encostadas uma casa da outra” conta o Cacique.

Já sob a percepção do Cacique da TI Ligeiro, muitas das moradias construídas são de má qualidade pela necessidade de economizar material, uma vez que o orçamento oferecido é baixo. Segundo ele: “muitas vezes, a casa fica sem revestimento no piso e o concreto começa a esfarelar, criando orifícios no chão”. O

⁴ Representantes das comunidades que são responsáveis pelas decisões e representatividade coletiva.

Cacique conta que estão em uma situação precária na aldeia e eles não possuem uma ajuda fixa do governo federal, para investir em habitação, agricultura, saneamento, saúde, educação. Muitos dos recursos que eles conseguem é por meio de parcerias com a prefeitura municipal ou deputados, por exemplo.

A política pública habitacional segundo o PMCMV-Rural possui impactos sobre as Terras Indígenas no Rio Grande do Sul por meio de três principais aspectos: não participação da população nos projetos das unidades habitacionais empreendidas; réplica do modelo de habitação dos conjuntos residenciais, não levando em consideração os aspectos histórico-culturais do povo indígena; e a baixa qualidade construtiva das moradias. A partir da concepção de Amartya Sen, esses tópicos estão diretamente relacionados à diminuição das conexões simbólicas de um povo.

Na compreensão de Sen (2000), a participação e engajamento dos moradores na estruturação de políticas públicas, fortifica o sistema coletivo que se forma a partir da materialização de suas necessidades, como a localização e o posicionamento das casas, se tratando da perspectiva do povo indígena. Através disto, o indivíduo exercita o poder de democracia, desenvolvendo suas capacidades (*capabilities*), liberdades e condição de agente ativo, ampliando as possibilidades de tomada de decisões dentro de uma sociedade (SEN, 2000).

5 CONCLUSÕES

Contudo, pode-se destacar a importância do Programa Minha Casa Minha Vida-Rural na redução do *déficit* habitacional das áreas indígenas em estudo. O acesso à moradia decorrente de tal programa facilita o desenvolvimento das capacidades (*capabilities*) caracterizadas por Sen, pelo fato de ampliar as condições de escolha e possibilidades de cada indivíduo que passa a atuar como agente, enquanto beneficia a própria comunidade como um todo.

Embora essas residências não sejam culturalmente ideais, elas permitiram com que as pessoas tivessem mais opções de escolha, inclusive em viver na própria terra indígena mesmo após toda disputa e conflitos acerca da demarcação. Além disso, o benefício concedido por meio da casa própria é visto como motivação e valorização de sua existência, fazendo com que se sintam parte da sociedade, que por muitas vezes, os reprimiu.

Todavia, nota-se que a precariedade das vias denuncia o descaso na manutenção de infraestruturas em Terras Indígenas, enquanto os problemas estruturais, hidrossanitários e pontos de água encanada escassos mostram as deficiências do baixo custo na produção das unidades habitacionais. Desta forma, vale ressaltar a necessidade de melhoria e maiores investimentos em políticas públicas voltadas à essas áreas, uma vez que a população que vive isolada, e que possui sua própria cultura, também necessita do acesso à cidadania, direitos e qualidade de vida.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelos recursos financeiros disponíveis para o desenvolvimento do projeto. Ao Grupo de Pesquisa THCA-IMED pela disponibilização de recursos humanos no cumprimento das etapas do projeto (HABITAÇÃO RURAL: Uma análise da efetivação da política pública de Habitação Rural no Rio Grande do Sul). À Fundação Meridional pelo apoio à pesquisa através da bolsa de produtividade. À IMED pela bolsa de Iniciação Tecnológica e Inovação PITI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Caliane C. O. de. **Habitação social no Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964)**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - (IAU-USP), 2012.

ALMEIDA, Caliane C.O. de. **Habitação Social: Origens e produção (NATAL, 1889-1964)**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - (EESC-USP), 2007.

ABREU, Cesaltina. **Amartya Sen: o autor e algumas das suas obras**. Revista Angolana de Sociologia, n 9, p. 205-207. 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida - Habitação Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/rural/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

HUBBARD, R. Glenn; O'BRIEN, Anthony P. **Introdução à Economia**. Tradução de Christiane de Brito Andrei, Cristina Bazán e Rodrigo Sardenberg. 2 ed. Porto Alegre: Bookman Editora LTDA, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. 2017. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

KUJAWA, H.; ZAMBAM, N. **Conquista da moradia no Loteamento Canaã em Passo Fundo, Brasil**. MERCATOR, Fortaleza, 2018.

KUJAWA, Henrique Aniceto; NOGUEIRA, Jordana Luiza. Parte II. Capítulo 6. In: MAIA, Cláudio Machado; KUJAWA, Henrique Aniceto. **Políticas Públicas: elementos teóricos e abordagens práticas**. Novas Edições Acadêmicas, 2019, 85-100.

KUJAWA, Henrique. **A política territorial indígena no Rio Grande do Sul durante o século XX**. In: TEDESCO, João Carlos. **Conflitos Agrários no Norte do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2014.

KUJAWA, Henrique; ALMEIDA, Caliane C. O. de. Política De Habitação Em Terras Indígenas: **Continuidade do Assimilacionismo e do Etnocentrismo**. Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF, Vol. 18, nº 3, Dec. 2019, p. 159-80. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/10506>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SILVA, C.M.G. da. **Habitação rural: uma luta por cidadania**. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. São Paulo, 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, a. 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. **A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul. dez. 2010. p. 260- 269.